

As operadoras de planos odontológicos vêm enfrentando grandes dificuldades relacionadas ao processo de autuação da Agência Nacional de Saúde (ANS), devido ao alto custo e desproporcionalidade do valor das multas – cuja média no ano passado chegou a quase R\$ 73 mil. Ou seja, essa única multa corresponde ao valor de cerca de 5 mil mensalidades de planos odontológicos, já que o tíquete médio praticado pelas operadoras exclusivamente odontológicas é de R\$ 14,65.

O processo de autuação da ANS junto às operadoras de planos odontológicos vem causando grandes dificuldades no setor. Esse e outros temas, como a mudança regulatória, os aumentos das autuações têm sido recorrentes nos mais diversos fóruns do segmento. Porém, apesar de a agência reguladora já estar convencida desta desproporcionalidade, as mudanças ainda não são significativas.

O Sindicato Nacional das Empresas de Odontologia de Grupo (Sinog) espera que a ANS institua regras específicas para operadoras de planos odontológicos, uma vez que os segmentos de planos médicos e odontológicos são diferentes. Não pode uma operadora de plano odontológico, com tíquete médio mensal de R\$ 14,65 pagar valor de multa igual a uma operadora de plano médico, cujo tíquete é de R\$ 263,60 (17 vezes maior).

“O risco é termos cada vez mais multas em valores muito superiores à capacidade financeira do setor, inviabilizando o segmento, bem como possível aumento das mensalidades para o reequilíbrio das contas”, comenta o presidente do Sinog, Geraldo Almeida Lima.

De janeiro a agosto de 2016, foram aplicadas 164 infrações para as operadoras de planos odontológicos, que somaram R\$ 11,9 milhões, o que corresponde a um aumento de 42% registrado em todo o ano de 2015. Já em 2015 (de janeiro a dezembro), foram registradas 353 infrações, um total de R\$ 19,5 milhões. A perspectiva para 2017 é que o número de multas para os planos médicos e odontológicos ultrapasse a casa de R\$ 1 bilhão. “Se nada for alterado, as operadoras de pequeno porte não conseguirão se manter. Com isso, há o comprometimento da sustentabilidade dessas operadoras”, completa Lima.

O Sinog tem um trabalho permanente para fazer frente às alterações na regulação da saúde suplementar. Desde 2014, o Sindicato levou à ANS o projeto de desenvolvimento, incentivo e crescimento do mercado odontológico, oferecendo às diretorias do órgão regulador temas preciosos para a manutenção de atividade da entidade, que vislumbra um futuro promissor para o segmento odontológico, considerando que apenas 11% da população brasileira possui algum tipo de plano odontológico e um gap a conquistar de 30 milhões de beneficiários com planos médico-hospitalares.

**Fonte:** Monitor Mercantil, em 10.04.2017.